

ATENDIDOS NO HUSE

MPE cobra a criação de leitos no Ipesaúde

Tendo em vista o problema da falta de leitos de retaguarda para adultos no Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe (Ipesaúde). A Promotoria de Direitos à Saúde do Ministério Público de Sergipe realizou na manhã de ontem, 11, uma audiência pública com representantes do Ipesaúde e também do Hospital de Urgência de Sergipe. Segundo a promotora de Justiça Euza Missano, há uma denúncia grave, acerca de uma paciente que necessitou de uma vaga para fazer um procedimento e na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e não foi possível e a paciente acabou falecendo.

Na ocasião, ficou definida uma nova audiência dia 28 de outubro, para que a direção da unidade possa apresentar uma solução para o problema. Euza Missano informou que já existem três ações civis públicas movidas em face do Ipesaúde: para garantir as escalas do Serviço de Pronto Atendimento (SPA); para garantir a realização de concursos públicos para médicos e enfermeiros da unidade e para garantir leitos de retaguarda para crianças e adolescentes. E agora surgiu um novo problema que é a falta de retaguarda para pacientes adultos. Missano explicou que o MP verificou que o Ipesaúde mantém convênio com a rede hospitalar privada, mas são convênios que não obriga o hospital a garantir a assistência do paciente do Ipes.

“Então pelo que apuramos esse paciente do Ipes, principalmente os pacientes que realizaram cirurgias de urgência e leitos de UTI, eles estão utilizando os serviços do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), o que não é coerente, porque

na verdade, o paciente do Ipes é diferenciado porque ele paga assistência diferenciada e ele acaba concorrendo com o paciente do Sistema Único de Saúde (SUS); e da mesma forma não é justo com o paciente do SUS que não tem condição de pagar um plano de saúde ou mesmo a previdência e acaba tendo sua vaga ocupada pelo paciente do Ipes”, disse a promotora.

Missano frisa que o MP quer garantir que o Ipesaúde disponibilize oferta de leitos de retaguarda não só de UTI, mas também leitos de enfermaria para os pacientes adultos. O MP precisa ouvir ainda três representantes do Ipes, especificamente da direção técnica, clínica e o diretor do Hospital da Polícia Militar. “Os hospitais particulares contratados deveriam realizar as cirurgias, mas não fazem, pois são apenas credenciados pela Instituição, por isso, estes pacientes, para que não fiquem desassistidos, são encaminhados para o Huse, quando não se consegue de forma alguma, garantir atendimento. Então são casos como a da paciente que morreu que o Ministério Público quer coibir. O Ipes tem que manter uma assistência integral aos seus usuários”, enfatizou Missano.

O diretor de Assistência à Saúde do Ipes, Tiago de Souza Santos, explicou que a nova audiência uma proposta será apresentada para tentar resolver o problema de retaguarda dos pacientes clínicos e cirúrgicos e que precisam de UTI. “No dia 28 esperamos trazer uma solução, mas acredito que num prazo de 45 dias estará tudo resolvido”, pontuou.

▼ PACIENTES DO IPESAÚDE, QUE DEVERIAM TER UM ATENDIMENTO DIFERENCIADO, SÃO ENCAMINHADOS AO HUSE